

**Apontamentos sobre  
as Relações de Portugal  
com a China**

**José Manuel Villas-Boas**  
*Embaixador*

**03**



## **José Manuel Villas-Boas**

Embaixador

Nasceu no Porto em 1931. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Diplomata, tendo feito o concurso de admissão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1953. Secretário de Embaixada em Pretória (África do Sul) em Fevereiro de 1959. Colocado na Embaixada de Londres em Janeiro de 1963. Conselheiro da Embaixada, nomeado Chefe da Repartição Política de África, Ásia e Oceânia em Janeiro de 1969. Cônsul-Geral em Milão, em Maio de 1972. Ministro Plenipotenciário de 2.ª classe e Adjunto do Director-Geral dos Negócios Políticos em Outubro de 1974. Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe em Fevereiro de 1976, Director-Geral dos Negócios Políticos em Julho de 1977. Embaixador em Junho de 1979. Nomeado Representante Permanente de Portugal junto da NATO em Julho de 1979. Embaixador na República da África do Sul em Maio de 1984, na China em Setembro de 1989 e na Rússia em Agosto de 1993. Professor convidado na Universidade do Minho desde 1997.

As relações diplomáticas de Portugal com a China são boas, podendo considerar-se como positivo o relacionamento bilateral entre os governos de Lisboa e Pequim. Para a consolidação deste relacionamento muito contribuiu a prolongada fase de conversações bilaterais, bem sucedidas, acerca de Macau e da transferência da soberania deste território para a China, onde passou a constituir uma Região Administrativa Especial, a partir de Dezembro de 1999.

Por outro lado, as relações de Portugal com a China sob os pontos de vista cultural e histórico, são pluri-seculares, tendo sido iniciadas nos princípios do Século XVI, com a chegada de Jorge Álvares ao delta do rio das Pérolas, nas proximidades da região onde mais tarde surgiu Macau, na província de Guandong.

Deve dizer-se, embora não seja este o lugar adequado para desenvolver o tema, que as relações culturais e históricas entre os dois países foram riquíssimas, para o que bastará visitar na capital chinesa o velho Observatório Astronómico, a catedral dos jesuítas de Nan Tang e o cemitério português de Cha-la, onde estão sepultados cerca de cinquenta jesuítas portugueses e chineses, que dedicaram a sua vida ao estudo e assimilação da cultura chinesa.

Quanto às potencialidades que a China moderna oferece no que respeita a relações políticas, culturais, científicas, económicas e comerciais, elas são enormes, pelo que Portugal deverá incluir a República Popular da China (RPC) como uma das prioridades da sua política externa. Temos que reconhecer que o relacionamento a nível político, científico e cultural de Portugal com a China é satisfatório, mas que no que respeita aos domínios económico e comercial está ainda muito aquém do que seria desejável. Este estado de coisas urge ser revisto, pois com a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio surgem novas oportunidades – como por exemplo nos sectores da construção e das telecomunicações – que deverão ser aproveitadas por Portugal através da criação de “joint-ventures”. Outras possibilidades consistirão em explorar novas vias de cooperação económica, através da realização de operações conjuntas de empresas de ambas as partes em mercados terceiros, nomeadamente nos PALOP’s.

Foi aliás criado o instrumento de estudo e concretização da cooperação económica entre os dois países, isto é a comissão mista Luso-Chinesa no âmbito do acordo de Cooperação Económica, Industrial e Técnica. A comissão deverá porém intensificar o seu trabalho, a fim de acorrer às necessidades contemporâneas dos dois países.

Esta súmula brevíssima das relações bilaterais da China com Portugal deixa-nos já antever a importância fundamental dos contactos entre os dois países, já que a China se perfila no horizonte político do mundo como uma superpotência do futuro. Bastará atentarmos no cuidado manifestado quer pelos Estados Unidos, quer pela União Europeia, no respectivo relacionamento com a China, para termos uma ideia do papel primordial que a RPC joga, e vai continuar a jogar, na política e economia mundiais. Lembro aqui apenas uma questão de grande importância: as relações com a Coreia do Norte, para a manutenção das quais a China é elemento essencial.

Lembrando outro assunto de muita actualidade, isto é, a manutenção ou abolição do embargo de armas à China (problema em que os Estados Unidos e a Europa têm posições não coincidentes) gostaria de desenvolver um pouco o tema no relacionamento com a RPC, sem esquecer as implicações militares do desenvolvimento chinês. Trata-se de alguns apontamentos que elaborei após a minha permanência de quatro anos em Pequim. Se eles podem pecar por alguma

desactualização, penso que continuam essencialmente válidos e apresentam uma visão sumária de como as grandes potências encaram as relações com a RPC.

Perante o notável desenvolvimento económico da China, só num critério estritamente político se poderá acusá-la de imóvel. O país que foi considerado durante séculos como o verdadeiro paradigma do imobilismo político, económico e social está agora “acordado” da letargia do passado e em plena evolução.

Poder-se-á apenas falar de China imóvel se considerarmos o cerne da cultura chinesa, as suas raízes profundas, que mergulham na moral de Confúcio. Dizia-me em 1993 o próprio presidente da RPC, Jiang Zemin, que a China continuava apoiada na ética confuciana. Esta gera sem dúvida uma atitude milenária de imobilismo, mas encontra pela frente o formidável embate do sentido pragmático actual do povo chinês, que sairá certamente vencedor.

Este raciocínio tinha-se-me radicado durante o tempo que habitei em Pequim e tem sido confirmado pelas notícias que leio e vejo diariamente. Os resultados dos últimos congressos quinquenais do Partido Comunista chinês parecem-me também fortalecer esta convicção. Embora a China tenha ainda para solucionar graves problemas como o da agricultura – o do restabelecimento da propriedade privada rural – o maior quebra-cabeças que se apresenta ao governo de Pequim será o da rentabilidade das mais de 300.000 empresas estatais existentes, na sua maior parte altamente deficitárias e, praticamente todas, levantando sérios problemas de ordem laboral e falta de produtividade, vivendo à custa de vultuosos subsídios do Estado. Se o problema agrícola vier a ser resolvido e a questão das empresas estatais for realisticamente atacada, a China terá dado um gigantesco passo em frente. Do pragmatismo chinês actual resulta que tenha sido possível a evolução económica dos últimos anos – sobretudo à partir dos anos 90 – aceitando importantes contributos da economia de mercado, tendência, ao que parece, acelerada ultimamente. Ao invés do que aconteceu na Rússia, a economia chinesa tem evoluído e progredido de uma forma notável, trazendo a reboque algumas reformas, embora tímidas, de natureza política. Estas são, no entanto, muitas vezes camufladas pela repetição exaustiva de *slogans* e frases feitas à boa maneira budista, que asseguram fidelidade aos princípios marxistas-leninistas, embora na realidade tais princípios sofram significativas derrogações.

Como acontece em relação a todos os grandes países, generalizar sobre a China é perigoso e pode conduzir aos erros mais crassos. A China é, como atrás dizia, um verdadeiro continente, e as diferenças entre o Norte subdesenvolvido e as ricas províncias costeiras dos mares da China, ou entre as terras isoladas e pobres do Oeste e o progressivo Leste chinês, são bem definidas e condicionantes das atitudes políticas do governo de Pequim, que procura exercer uma força centralizadora suficientemente grande para manter a unidade da nação e contrariar ao mesmo tempo os elementos de natureza centrífuga que tendem a afastar do “jugo” de Pequim as províncias mais ricas. A política chinesa é assim, em grande parte, a resultante possível deste equilíbrio naturalmente instável e daí a sua constante adaptação às circunstâncias do momento, já que a força dinâmica da “fuga” do centro do “império” nem sempre tem a mesma intensidade, variando com as pressões libertárias das regiões economicamente mais favorecidas.

Penso, porém, que é legítimo falar da China como um todo, embora sem perder de vista as profundas diferenças existentes entre as várias províncias e regiões, bem como a variedade étnica da RPC onde, além da maioria *han*, coexistem 56 etnias diferentes, totalizando cerca de 70 milhões de almas.

Da grandeza geográfica e humana da China actual, ninguém poderá duvidar. Mas em que parâmetros podemos antever a importância política, económica e militar da China do futuro, aquele país de que os nossos avós falavam, com temor, invocando o "perigo amarelo"?

Da história moderna da China, não podemos retirar nenhuma conclusão definitiva no que concerne a exemplos hegemónicos, já que a China praticou através dos séculos mais recentes uma política de relativa contenção dentro das suas fronteiras tradicionais. A inimizade com o Japão é, porém, endémica, e compreende-se assim o desejo chinês do domínio dos mares do Sul da China.

Se exceptuarmos algumas ameaças dirigidas a Taipé, a China tem redobrado de afirmações de carácter pacifista, de que nada pretende fora das suas fronteiras, agora que Hong Kong e Macau regressaram à mãe-pátria e o quebra-cabeças de reunificação de Taiwan – considerado como parte integrante do Continente – passou à ribalta da cena política. Embora a semelhança do problema de Taiwan com os de Hong Kong e Macau seja meramente aparente, por forma a ser compreendido na fórmula "mágica" de Deng Xiao Ping "um país, dois sistemas", a China quer fazer-nos crer que o regresso dos dois territórios à administração chinesa abriu as portas à solução do caso de Taiwan, quando de facto tal se não passa. A questão de Taiwan continua de muito difícil solução e tem levado a China a assumir uma atitude bastante pragmática no que respeita às relações Beijing – Taipé, doseada embora com algumas declarações de teor beligerante, que penso sejam sobretudo para consumo interno e alimento da própria hierarquia política da RPC.

Mas o facto permanece de que a China é uma grande potência demograficamente, geograficamente e economicamente, e com dificuldade se poderá ver Pequim renunciar ao papel de predominio na área e, daí, em toda Ásia.

Tomando em consideração o carácter do povo chinês, pergunto-me que autenticidade podemos atribuir às declarações pacifistas das autoridades chinesas, quando lemos ao mesmo tempo afirmações, como as do general Mi Zhen Yu, vice-comandante que foi da Academia de Ciências Militares de Pequim, que, em 1996, escreveu o seguinte: "Por um período de tempo relativamente longo, será absolutamente necessário que nós [chineses] alimentemos silenciosamente o nosso sentimento de vingança." Acrescentando: "Devemos esconder as nossas capacidades e esperar pela nossa hora."

Estas afirmações, publicadas pela editora Hualing, de Pequim, em Maio de 1996, são consistentes com a maneira de ser chinesa e perfeitamente plausíveis, mesmo partindo de uma alta patente militar. Acredito nelas piamente, bem mais do que nas declarações pacifistas atrás referidas.

Se consideramos que o sentimento de vingança é extremamente conforme ao carácter chinês, maior credibilidade podemos atribuir às afirmações do general. Perante as humilhações infligidas à China pelo Japão e pelas potências ocidentais em diversas ocasiões, como a guerra do ópio e a invasão de Pequim após a revolta dos Boxers, além das várias guerras com o império do Sol Nascente, como a de 1937-45 que conduziu ao massacre de Nanquim, esse sentimento de vingança tem sido reforçado com o tempo – os chineses têm a memória longa – à espera da sua hora, como diz o general Mi. Não atribuo a estas palavras mais do que o seu valor real, mas considero-as como reveladoras do pensamento secreto da classe dirigente chinesa.

Para já, o que podemos afirmar é que a China está gradualmente a tornar-se uma potência rival dos Estados Unidos na área do Pacífico. Se procurará suplantará a América do Norte como poder dominante na Ásia, criando assim um novo

sistema bipolar (no caso de a Europa se não conseguir impor como outro pólo centrípeto por forma a assegurar a multipolaridade político-económica do mundo), será outra questão que deixo aqui em aberto, mas que não me repugna admitir.

Assim, podem defender-se duas teorias opostas em relação à China: a contenção e o compromisso. Os partidários da primeira acreditam na beligerância da China e advogam o aumento do poderio naval norte-americano na área e o fortalecimento das alianças com os países periféricos da China, como forma de conter o expansionismo chinês. Pelo contrário, os defensores do sistema de *engagement*, ou compromisso, entendem que a China se está a tornar mais poderosa, mas que as intenções de Pequim são ainda indecisas e, portanto, dever-se-ão manter relações económicas e políticas com a RPC, bem como um diálogo permanente sobre assuntos de segurança, direitos humanos e globalização, por forma a manter a China aliada ao Ocidente. Tratem-na com beligerância, dizem, e criarão logo na China um inimigo. Por seu lado, os advogados da doutrina de contenção, como o norte-americano John J. Mearsheimer, autor da teoria do chamado "realismo ofensivo", encaram com pessimismo o futuro das relações com a China, defendendo o ponto de vista de que, se a RPC se tornar um gigante económico, rapidamente transformará o seu poderio económico em poderio militar. Isto acontecerá, segundo eles, mesmo que a China venha a ser um país democrático, porquanto a hegemonia é a melhor maneira de uma grande potência garantir a sua própria sobrevivência, seja democrática ou não. Este aumento progressivo do poderio militar da China conduzirá a uma intensiva competição quer com os países da zona, quer com os Estados Unidos, que procurarão aliar-se como forma de a "conter". Os Estados Unidos, pela simples razão da sua sobrevivência, estão assim condenados a uma perpétua rivalidade com a China, desde que não parece crível que um Estado isolado consiga a hegemonia universal.

No entanto, talvez seja possível chegar a uma harmonização destas atitudes. Embora a China cresça rapidamente em poderio económico e militar, não se encontram ainda criadas condições que permitam que ela suplante os EUA como potência dominante na Ásia. Sobretudo a Força Aérea e a Marinha chinesas precisam de ser modernizadas, para que a China possa efectivamente dominar os mares que a banham pelo sul. Sendo assim, o risco da hegemonia chinesa naquela zona marítima e na do Pacífico poderá recuar algumas dezenas de anos. Penso que este factor fará com que, actualmente, a política de "compromisso" tenha vantagens sobre a de "contenção", já que poderá servir para evitar a desestabilização da área, mantendo aberto o diálogo com o Ocidente e conduzindo a uma colaboração multilateral com os interesses legítimos da RPC, sobretudo no plano económico.

Não tenhamos, porém, ilusões: não será uma política de fácil execução e podem desde já divisar-se alguns dos seus escolhos mais salientes ao seguirmos de perto a política de *engagement* adoptada pelos Estados Unidos. Por outro lado, não existe qualquer garantia de que ela venha a funcionar, bastando pensar que o actual comportamento internacional da China, conservador e em geral apaziguador, representa uma condição essencial para que os países industrialmente mais avançados participem na economia chinesa. O actual "pacifismo" chinês seria apenas revelador de uma táctica, mais do que duma verdadeira estratégia, e apenas mantido na medida em que os dirigentes chineses admitam a importância do bom relacionamento da China com o Ocidente para o desenvolvimento da economia nacional. No fim de contas, estaríamos assim perante uma política a prazo, podendo as premissas do raciocínio "compromisso contra isolacionismo" alterar-se com o passar dos anos e o fortalecimento do poder militar da RPC.

A atitude realista das autoridades chinesas, denunciadora ou não de uma tática limitada no tempo e meramente oportunista, veio mais uma vez a lume desde que o Congresso norte-americano referendou a política de “compromisso”. Com a reserva, embora, de que as condições aprovadas pelo Senado norte-americano, ao criar uma comissão superviadora do respeito pelos direitos humanos na China, representam uma “ingerência inqualificável” nos assuntos internos da RPC, vêm os chineses ao mesmo tempo congratular-se com o triunfo da política americana. Esta atitude de “uma no cravo, outra na ferradura” vem-nos alertar para o carácter possivelmente transitório da política de apaziguamento, que poderá não corresponder aos anseios mais profundos da nação chinesa. Mas não deixa de ser sintomático que a querela tenha pendido para o lado dos defensores do “compromisso”, já que a política dos Estados Unidos tenderá a influenciar, ou mesmo determinar, a posição dos restantes países do Ocidente. Até mais ver, e sem que a “vigilância” quanto ao respeito pelos direitos humanos diminua, será o “compromisso” a palavra de ordem no Ocidente para com a China.

Durante os próximos decénios, porém, deveremos estar bem atentos ao incremento do potencial das Forças Armadas chinesas, nomeadamente no que respeita aos equipamentos aeronáutico e naval. Para que a presença militar chinesa nos mares do Sul da China transforme estes num “lago chinês” (chama-se-lhe actualmente um lago americano), a China tem necessidade de, pelo menos, três porta-aviões modernamente equipados, quando apenas possui um. E o controlo daqueles mares é-lhes essencial para a contenção do poderio japonês, que poderá ressurgir militarmente qualquer dia.

Dado o secretismo característico da cultura chinesa, especificamente sobre tudo o que respeita a problemas de natureza militar ou de defesa, muitas das afirmações feitas são difíceis, ou praticamente impossíveis de corroborar. Mas é facto incontroverso que a armadura imobilística da China tem sofrido importantes rombos e que a RPC actual já não é o clássico “império imóvel” dos sinólogos ocidentais. Em face do pragmatismo chinês essa imobilidade tem sido reduzida e, nem politicamente nem economicamente, a China do Século XXI é igual – ou mesmo semelhante – à dos séculos anteriores. Sobretudo perante o seu crescimento económico impressionante, que está alterando profundamente a tessitura do “império” chinês e começa a penetrar as zonas rurais, onde as diferenças de nível económico são muito marcadas em relação às cidades, sobretudo as grandes metrópoles. Estas alterações abrangem também aspectos políticos porquanto, a despeito da fidelidade doutrinária marxista-leninista que os governantes da China pretendem manter, tem-se ultimamente verificado a introdução de algumas formas, se bem que ainda rudimentares, de prática democrática, como é o caso da eleição popular e directa dos chefes das aldeias rurais. Importará também salientar o acesso, cada vez maior, dos chineses a fontes de informação como a Internet, a televisão e a imprensa internacional, que leva a um aumento imparável de contactos com o resto do mundo.

Embora circunscrito às zonas mais próximas do mar, o notável desenvolvimento industrial do país, faz com que o povo chinês, na sua maioria, deixe progressivamente de ser uma massa informe e inculta, facilmente manobrável por políticos e governantes.

Para que esta revolução tenha sido possível torna-se essencial uma dose importante de pragmatismo – como aqui salientei várias vezes – que leva os chineses a entrelaçar habilmente a aceitação da economia de mercado com a reite-

ração do respeito às mais ortodoxas fórmulas do marxismo-leninismo. Esta “conciliação do impossível” é um fenómeno tipicamente chinês, e como tal aceite e compreendido, se pensarmos que a lógica ocidental é totalmente alheia, ao pensamento chinês.

A diplomacia da China é uma elite competente e excelentemente treinada. Ao diplomata ocidental recém-chegado e desconhecedor da cultura chinesa o choque inicial é forte e leva-lhe algum tempo a adaptar-se a um sistema de raciocínio diverso e a reacções que lhe podem de início parecer despropositadas. Exemplifico com o uso constante de frases feitas, repetidas múltiplas vezes, fazendo lembrar os moinhos de orações budistas onde papelinhos com jaculatórias escritas giram, accionados por uma manivela. A repetição de frases consagradas tem, para os chineses, um valor acrescido, contrariamente ao que seria o entendimento de um ocidental que, até por elegância de estilo, oral ou escrito, procuraria evitar essas repetições como excessivas.

Porém, uma vez ultrapassado o período inicial de estranheza, os contactos com os diplomatas chineses tornam-se muito positivos. Refiro-me, em primeiro lugar, aos contactos com os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde encontrei diplomatas de alta inteligência e experiência, com os quais aprendi bastante.

Gostaria aqui de contar uma pequena história passada em Pequim, quando ali desempenhava as funções de Embaixador de Portugal.

O caso insere-se nas negociações para a transferência da soberania de Macau para a RPC. Havia uma instituição portuguesa cuja actuação em Macau suscitava então alguns reparos aos dirigentes chineses. De quando em quando um representante dessa instituição passava por Pequim e pedia para ser recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a alto nível. Assim se fazia e eu acompanhava sempre o visitante. Um dia, durante um período em que os chineses se tinham oposto com maior veemência e algumas atitudes assumidas pela dita instituição, recebi mais um pedido para uma reunião. Procedi às diligências necessárias e recebi a seguinte resposta: que a conversa “tripartida” não poderia ter lugar como tal, mas que aceitariam com prazer o diálogo entre o embaixador de Portugal e os altos funcionários do Ministério, com a presença do visitante. Isto é, o representante da instituição em causa poderia apenas falar comigo e seria só eu a dialogar com os funcionários chineses. Assim se fez e, mesmo nesta forma bizarra, a reunião teve utilidade. Fora assim a modalidade encontrada pelas autoridades chinesas para não melindrar o representante de Portugal, recebendo o visitante, mas escusando-se ao mesmo tempo a aceitá-lo como interlocutor válido.

Estes apontamentos dispersos sobre o relacionamento de Portugal com a China têm somente o objectivo de chamar a atenção para o papel, cada vez mais significativo, que a RPC desempenha no mundo. De facto, num universo unipolar como o nosso, o crescimento político, económico, cultural e militar chinês é um dos fenómenos mais surpreendentes da política internacional. Com a China o mundo poderá transformar-se, com maior brevidade, num mundo bi-polar ou, como todos desejamos, multi-polar. Temos pois que estar atentos à evolução do “gigante” chinês, reconhecendo



embora que tal evolução não tem até agora revelado a prossecução de objectivos hegemónicos na região. As autoridades chinesas têm revelado uma grande prudência neste aspecto, que está intimamente ligado à manutenção ou abolição do embargo de armas imposto à China.

Toda esta grande visibilidade da RPC actual tem consequências no panorama político da Ásia, inquietando sobremaneira o Japão, cujo relacionamento com a China sempre foi difícil, principalmente a partir do Século XIX. Embora as relações entre os dois países sejam formalmente correctas, e até positivas, é também grande a desconfiança chinesa em relação ao Japão, cuja preponderância política na área teme. Outros países da região receiam igualmente o aumento do poderio chinês, mantendo-se no entanto silenciosos. No capítulo das reivindicações territoriais e com o regresso de Macau e Hong Kong à soberania chinesa, o problema de Taiwan assume uma visibilidade maior, apesar de ser meramente artificial a semelhança que os chineses pretendem existir entre os três casos.

Para terminar estas notas gostaria de voltar um momento às relações bilaterais entre Portugal e a China.

Só temos, a meu ver, vantagens no estreitamento dessas relações, para o que dispomos – como já disse – de condições favoráveis. Portugal é um país respeitado na China, intimamente ligado à história e cultura da RPC e praticamente conhecido em todo o imenso território chinês. Curiosamente, e guardadas as necessárias distâncias, existe uma interessante sintonia entre as mentalidades chinesa e portuguesa, que me levava a dizer, gracejando, que os portugueses eram os chineses da Europa. Os chineses admiram, além disso, a nossa cordialidade, educação e modéstia, e com estas chaves as portas da China não parecem difíceis de abrir. Perdoe-se-me esta divagação romântica, em cuja veracidade acredito. Para tal aproximação muito contribuiu a experiência portuguesa em Macau, onde durante séculos convivemos com os chineses e os “entendemos”. Foi precisamente com esse “entendimento” que pudemos chegar de Cantão a Pequim com os nossos cientistas e técnicos – os missionários – cujo acolhimento pelo império do Meio foi excepcionalmente positivo.

Num mundo globalizante como é o actual o bom relacionamento de Portugal com China representa uma mais-valia a não desperdiçar. Aproveitando as nossas longas relações culturais e históricas, que são muito do agrado dos chineses, podemos construir laços concretos e sólidos no campo económico, bem como noutros. Este trabalho começou já a ser feito, como indiquei no início, e foi referendado pela recente visita do Presidente da República Portuguesa à RPC. Esta visita de Estado não teria tido lugar – era já a segunda vez que o Presidente Jorge Sampaio visitava oficialmente a China – se as autoridades de Pequim não tivessem um claro interesse na manutenção e incremento das relações com Portugal.

Quanto ao aspecto cultural – importante como “cimento” das relações económicas e comerciais – dispomos, desde 1993, de um Centro Cultural português em Pequim, cuja actividade não tem sido despicienda. Existe, aliás, um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, firmado em 1982, que contempla programas anuais de intercâmbio cultural, nos domínios de educação, ciência e cultura.

Estão pois criados os instrumentos-base necessários para incrementar o intercâmbio luso-chinês, que nos permitirão lançar com dinamismo um relacionamento económico e comercial mais estreito e mutuamente mais vantajoso.